A NOVA QUESTÃO SOCIAL

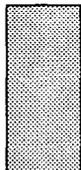
As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.
Rio de Janeiro, Vozes, 1998,
de Robert Castel.

*Por Edson Miagusko**

Chega ao Brasil, lançado pela coleção Zero à Esquerda da Editora Vozes, o mais recente livro de Robert Castel, *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Trata-se, como diz o título, de um estudo sobre a questão social e suas metamorfoses, das sociedades tutelares no século XIV, passando pela instituição do contrato liberal em meados dos séculos XVIII-XIX, até a constituição das sociedades salariais do Ocidente. Metamorfoses porque uma história fragmentada, sem um sentido evolucionista ou teleológico.

Porém, o objetivo de Castel ao traçar todo esse percurso não se restringe ao que já seria um belo estudo historiográfico. O livro tem uma pretensão maior. Seu objetivo é fazer "a história do presente", "um esforço para reentender o surgimento do mais contemporâneo, reconstruindo o sistema das transformações de que a situação atual é herdeira". (p. 23) Deste modo, logo no início, Castel define aquilo que anima o estudo: a nova questão social vivenciada no coração das sociedades salariais.

Trata-se de uma profunda interrogação sobre as formas de precarização e desfiliação acarretadas pelos processos de reestruturação produtiva no âmbito do trabalho e das transformações econômicas, políticas e sociais que vulgarmente passaram a ser definidas pelo nome de globalização. A nova questão social fala do retorno de uma ampla vulnerabilidade de massa, vivenciada pelo conjunto dos trabalhadores, mesmo por aqueles que possuem uma aparente estabilidade em suas relações de trabalho.

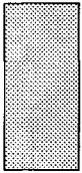
* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH-USP.

Desta forma, Castel desenha através do estudo uma espécie de diagrama da atual questão social. De um lado estão aqueles que aparentemente são os mais atingidos pela precarização — os desempregados, os inimpregáveis, os jovens e trabalhadores com baixa qualificação, os estrangeiros, as mulheres e todos aqueles que vivem a relação de trabalho como algo instável e inseguro. De outro, mas não fora dessa lógica, o restante dos trabalhadores, que vêem alterarem-se aquilo que estruturava até então a questão social.

Com isso o estudo vai iluminando determinadas noções comumente empregadas no debate público atual. A primeira e a principal delas é o conceito de exclusão. Este termo traz consigo a idéia comum de uma margem, de indivíduos ou de coletivos fora do tecido social, separados dos laços de sociabilidade comuns e dos códigos de reciprocidade nos quais se articulam as relações sociais. No entanto, para Castel, estas definições são imprecisas para entendermos os enigmas da questão social.

Se podemos afirmar que "os inúteis do mundo", os vagabundos, os estrangeiros, os desempregados e os desfiliados de toda a espécie estão muitas vezes situados na margem da sociedade, os processos que levaram à sua constituição não são assim tão marginais. A onda de desfiliação e exclusão social não é periférica, no sentido de deslocada para as bordas da constituição da sociedade salarial: ela faz parte do seu centro e é desta forma que deve ser entendida. Numa definição mais precisa: "a exclusão não é uma ausência de relação social, mas um conjunto de relações sociais particulares da sociedade tomada como um todo". (p. 568)

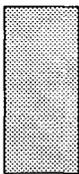
Desta forma, Castel volta à constituição das sociedades tutelares e ao lugar do vagabundo nesse período histórico. Porém, o foco utilizado por ele é a história do presente, de como esse acontecimento ilumina o nosso tempo. Com isso ele dirá que o problema dos vagabundos nas sociedades tutelares não dizia respeito somente a estes indivíduos sem lugar no mundo. Nem todos os vagabundos eram desfiliados de todo o sempre, desvinculados de relações com a sociedade. Muitos, nas sociedades tutelares, haviam sido "estáveis" num período anterior e faziam parte de uma ampla parcela da sociedade, exposta a todo tipo de insegurança.

Da mesma forma, muitos dos desempregados de hoje não são excluídos desde sempre, mas fazem parte de um contingente altíssimo de trabalhadores vulneráveis às oscilações do mercado: os precarizados, terceirizados, jovens, trabalhadores com baixa qualificação, mulheres e uma gama infinita daqueles que estão separados dos de fora por um limite profundamente tênue. Assim como uma parte significativa dos vagabundos das sociedades tutelares os desempregados de hoje não são resquícios daqueles que ficaram para trás e não conseguiram ser integrados. Eles fazem parte do processo central que originou e definiu os parâmetros das nossas sociedades. Como ele próprio diz: "o cerne da problemática dos excluídos não está entre os excluídos". (pp. 142-143)

Como conseqüência da problemática da exclusão e da vulnerabilidade de massa, Castel

nos mostra que nas sociedades que vivenciaram esses processos históricos, a resposta coletiva dada foi a criação dos Estados sociais. Estes edifícios sociais foram uma resposta pactuada entre os atores perante a insegurança social. Além disso, a relação salarial foi a chave para a obtenção dessa proteção e segurança. Esta, com o passar do tempo, tornou-se a relação por excelência do Estado social. Por ela que se articulou toda uma parcela de direitos e proteções que visaram à diminuição da vulnerabilidade de massa tão comum na história dessas sociedades. É isto que, atualmente, está erodindo e que constitui o cerne da nova questão social.

A nova vulnerabilidade de massa se traduz nos números cada vez maiores de desempregados, de inimpregáveis, de precarizados, daqueles que sobrevivem graças aos programas de renda mínima de inserção, dos jovens sem perspectiva de ter um emprego estável e de todos aqueles que mesmo momentaneamente "incluídos", estão separados da insegurança social por uma linha muito frágil. O que está em curso é o desmonte da sociedade salarial e um retorno aos patamares de insegurança anteriores a sua constituição. Porém, seria uma volta no tempo, a um período anterior aos Estados de bem-estar social? Castel acha que não. Não se trata de uma volta ao passado, já que a solução alcançada pelo Estado social, definiu toda uma nova forma de encarar a questão social. Trata-se de um novo tipo de relação. Ao jovem que não consegue um emprego por sua baixa qualificação não corresponde à imagem do vagabundo desvinculado dos laços sociais. Muitos jovens desempregados possuem laços de sociabilidade e um universo de relações muitas vezes maiores do que muitos membros da classe média reclusa na casca protetora da intimidade. No entanto, o que se trata é de uma relação em que a sociedade recusa um futuro a boa parte desses indivíduos. Daí a explosões de violência ou mesmo de uma existência apartada dos códigos comuns que regem as relações sociais a distância se reduz drasticamente.

Mas aqui cabe a pergunta: será que essas sociedades poderiam voltar a um tipo de relação de insegurança pré-Estado social? Seria possível retornar ao tipo de vulnerabilidade de massa tão comum aos períodos que antecederam a sua construção?

Para Castel o Estado social continua sendo a herança e o horizonte possível na combinação entre o econômico do mercado e a solidariedade do social. No entanto, não se trata de uma proposta de repetição da história. Castel entende todo o processo de burocratização dos Estados de bem-estar na condução das políticas sociais e o "individualismo negativo" dado pela relação fria entre a máquina estatal e o beneficiário dos programas sociais. O que ele propõe, portanto, é uma reinvenção do Estado social. Uma reinvenção que não descarta a relação salarial que se instaurou no coração dessas sociedades. Neste ponto ele entra no debate acerca do futuro da sociedade do trabalho. É claro o diálogo com outros autores, mais conhecidos do público brasileiro, tais como Clauss Offe e Jurgen Habermas. Para Castel "o trabalho é mais que o trabalho e, portanto, o não-trabalho é mais que o desemprego". Desta forma, o trabalho não

pode ser tomado como uma simples relação econômica, mas como algo que insere o indivíduo na estrutura social e organiza uma parte significativa de suas redes de sociabilidade. Mesmo para aqueles que afirmariam ser essa uma interpretação clássica colocada em xeque, Castel lhes diria: a maior prova de que o trabalho continua sendo uma referência dominante é a reação daqueles que não o têm.

As metamorfoses da questão social, apesar de estar muito imerso no debate francês, das novas formas de desfiliação, precarização e subemprego, guardando as devidas dimensões, nos ajuda a iluminar o debate brasileiro. Não no sentido de transpor nos mesmos termos as questões formuladas num outro espaço. Certamente, não discutimos por aqui a sobrevivência ou reinvenção de algo que no Brasil nunca foi sequer inventado. Mas pode nos retirar da letargia econômica que impossibilita pensar o social. O livro de Castel nos mostra que o dogma neoliberal que subordina tudo ao econômico pode ser subvertido. E mais que isso, demonstra que a dinâmica social reinventa o econômico e recria novas formas e possibilidades de se pensar a sociedade. ■